



# SENADO FEDERAL

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

### PAUTA DA 23<sup>a</sup> REUNIÃO

(3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 55<sup>a</sup> Legislatura)

**17/10/2017  
TERÇA-FEIRA  
Logo após a 22<sup>a</sup> Reunião**

**Presidente: Senador Davi Alcolumbre  
Vice-Presidente: Senador Wellington Fagundes**



## Comissão de Meio Ambiente

**23<sup>a</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 55<sup>a</sup> LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 17/10/2017.**

# **23<sup>a</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

***Terça-feira, Logo após a 22<sup>a</sup> Reunião***

## **SUMÁRIO**

FINALIDADE	PÁGINA
Discutir “programas de revitalização de bacias hidrográficas brasileiras: avaliação e perspectivas”, dentro do plano de trabalho para avaliação de políticas públicas (RISF, art. 96-B).	7

(11)

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES		SUPLENTES
<b>PMDB</b>		
Hélio José(PROS)(12)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	1 Airton Sandoval(15)(12)
Renan Calheiros(12)	AL (61) 3303-2261	2 Dário Berger(12)
João Alberto Souza(12)	MA (061) 3303-6352 / 6349	3 VAGO
Valdir Raupp(15)(12)	RO (61) 3303-2252/2253	4 VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b>		
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Ângela Portela(PDT)(6)
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	2 Gleisi Hoffmann(PT)(6)
Paulo Rocha(PT)(6)	PA (61) 3303-3800	3 Humberto Costa(PT)(6)
Acir Gurgacz(PDT)(6)	RO (061) 3303-3131/3132	4 Regina Sousa(PT)(6)
<b>Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)</b>		
Ataídes Oliveira(PSDB)(4)	TO (61) 3303-2163/2164	1 Dalírio Beber(PSDB)(4)
Flexa Ribeiro(PSDB)(4)	PA (61) 3303-2342	2 Ronaldo Caiado(DEM)(7)(9)
Davi Alcolumbre(DEM)(7)(9)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722	3 Ricardo Ferraço(PSDB)(8)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)</b>		
Sérgio Petecão(PSD)(1)	AC (61) 3303-6706 a 6713	1 José Medeiros(PODE)(1)
Roberto Muniz(PP)(1)(10)	BA (61) 3303-6790/6775	2 Benedito de Lira(PP)(1)
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)</b>		
João Capiberibe(PSB)(2)	AP (61) 3303-9011/3303-9014	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(2)
Cristovam Buarque(PPS)(3)	DF (61) 3303-2281	2 VAGO(2)(22)
<b>Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>		
Wellington Fagundes(PR)(5)(16)	MT (61) 3303-6213 a 6219	1 Telmário Mota(PTB)(5)(19)(18)
Cidinho Santos(PR)(5)	MT 3303-6170/3303-6167	2 Pedro Chaves(PSC)(5)(13)(17)
<b>AM (61) 3303-6726</b>		
<b>RR (61) 3303-6315</b>		
<b>MS</b>		

- (1) Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- (2) Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- (7) Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- (8) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- (9) Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- (10) Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- (11) Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- (12) Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
- (13) Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
- (14) Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
- (15) Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
- (16) Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
- (17) Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
- (18) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (19) Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).

- (20) Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 11:30MIN  
SECRETÁRIO(A): AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR  
TELEFONE-SECRETARIA: 61 33033284  
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: cma@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**3<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
55<sup>a</sup> LEGISLATURA**

Em 17 de outubro de 2017  
(terça-feira)  
Logo após a 22<sup>a</sup> Reunião

**PAUTA**  
23<sup>a</sup> Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**

	Audiência Pública Interativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

## Audiência Pública Interativa

### Assunto / Finalidade:

Discutir “programas de revitalização de bacias hidrográficas brasileiras: avaliação e perspectivas”, dentro do plano de trabalho para avaliação de políticas públicas (RISF, art. 96-B).

### Observações:

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, em <http://senado.leg.br/ecidadania>

### Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RMA 31/2017](#), Senador Cidinho Santos

### Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- [RMA 16/2017](#), Senador Roberto Muniz

### Convidados:

#### Sr. Irani Braga Ramos

- Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional

#### Representante do Ministério das Cidades

#### Sra. Larissa Alves da Silva Rosa

- Coordenadora-Geral Substituta do Ministério do Meio Ambiente

#### Sr. Humberto Cardoso Gonçalves

- Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas

#### Sr. Fabrício de Sousa Líbano

- Gerente de Empreendimentos Socioambientais da Diretoria de Revitalização da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapécuru e Mearim (CODEVASF)

1

**RMA**  
**00031/2017**

**REQUERIMENTO N° , DE 2017**

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA), para discutir “programas de revitalização de bacias hidrográficas brasileiras: avaliação e perspectivas”.

Como convidados, listamos os seguintes:

- Representante do Ministério da Integração Nacional;
- Representante do Ministério das Cidades;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante da Agência Nacional de Águas;
- Representante da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim (CODEVASF).

Sala da Comissão,

Senador CIDINHO SANTOS





SENADO FEDERAL  
Comissão de Meio Ambiente

**Avaliação de Políticas Públicas**  
(Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal)

**Proposta de Plano de Trabalho**

**Avaliação dos programas governamentais que têm por objetivo a revitalização de bacias hidrográficas de domínio da União**

SF117960-33953-20

Presidente: Senador **DAVI ALCOLUMBRE**

Vice-Presidente: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

Relator: Senador **CIDINHO SANTOS**

**1. APRESENTAÇÃO**

Avaliar políticas públicas tem como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração de sua eficiência e eficácia no atendimento das demandas da população. O resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas. Por meio de tal avaliação, o Legislativo Federal buscará, dentre outras medidas, avaliar o desempenho das políticas, fazer recomendações aos gestores para seu aprimoramento, bem como propor alterações na legislação aplicável à política, quando couber.

O mencionado artigo do RISF determina que “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas”. Com base nesse dispositivo, uma das políticas públicas a serem analisadas no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA) refere-se aos programas governamentais que têm por objetivo a revitalização de bacias hidrográficas de domínio da União, conforme o Requerimento da Comissão de Meio Ambiente (RMA) nº 16, de 2017, aprovado em 25 de abril de 2017.



A escolha da CMA é de extrema relevância no atual contexto de crise hídrica em várias regiões do País. Além disso, fatos recentes relacionados a importantes rios brasileiros fazem com que a sociedade volte sua atenção para os problemas de suas bacias hidrográficas. Como exemplos temos o início da operação do eixo Leste da transposição do Rio São Francisco e o impasse acerca das ações de recuperação do Rio Doce, atingido pelo desastre de Mariana em 2015.

No Plano Plurianual (PPA) federal de 2012-2015, os programas de revitalização de bacias hidrográficas estavam contemplados no **Objetivo 0665**: “Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem ao uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade”. As metas desse Objetivo estabelecidas no PPA (2012-2015), foram as seguintes:

- Conservar e recuperar 6.000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes;
- Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual; e
- Revitalizar 60 sub-bacias (sendo 24 sub-bacias da região hidrográfica do rio São Francisco).

No PPA 2016-2019, ficou estabelecido o **Objetivo 1027**: “Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas”. O órgão responsável é o Ministério do Meio Ambiente, que atua juntamente com órgãos e entidades parceiros para atender às seguintes metas:

- Reduzir os níveis de poluição hídrica pela remoção de 72.000 toneladas de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES).
- Conservar e recuperar 8.000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes no âmbito do Programa Produtor de Água.

Com base nas metas apresentadas, no orçamento disponibilizado aos órgãos executores e nas informações disponíveis, esta Comissão avaliará a efetividade dos programas de revitalização de bacias hidrográficas de domínio da União referentes ao período de 2012 a 2016, apresentará recomendações e encaminhará o relatório final aos órgãos e entidades interessados, para conhecimento e adoção dos aprimoramentos que lhes sejam pertinentes.

## 2. ATIVIDADES PROPOSTAS

A fim de estruturar a avaliação dos programas governamentais que têm por objetivo a revitalização de bacias hidrográficas de domínio da União, propõem-se as seguintes atividades:

- Requerimentos de informações ao Poder Executivo, notadamente Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração Nacional;



- Obtenção de dados de diversos órgãos e entidades públicos, incluindo Agência Nacional de Águas (ANA), Tribunal de Contas da União (TCU), comitês de bacias hidrográficas (CBH), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Universidades, bem como de instituições bancárias e financeiras que atuem no fomento a projetos específicos voltados à revitalização de bacias hidrográficas;
- Identificação de atores sociais relacionados ao tema;
- Análise da legislação correlata;
- Realização de audiências públicas e de diligências.

As atividades ora mencionadas deverão abordar os seguintes subtemas, dentre outros, referentes às bacias hidrográficas de domínio da União:

- Projetos de controle de erosão do solo, reflorestamento e recuperação de matas ciliares;
- Projetos de despoluição das águas e de saneamento básico;
- Avaliação da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- Avaliação dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso da água propostos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Execução financeira e orçamentária de projetos e programas de revitalização de bacias hidrográficas.



Sugere-se a realização de audiências públicas com representantes do Poder Executivo Federal, dos comitês de bacias hidrográficas, de universidades e com atores sociais locais relevantes.

Propõe-se ainda a realização de diligência da CMA a ser selecionada em função de sua relevância para o tema avaliado.

Finalmente, o Plano prevê a elaboração de um relatório da avaliação, a ser apreciado pela CMA até o final desta sessão legislativa.



### **3. CRONOGRAMA**

Este Plano de Trabalho propõe a seguinte programação para a avaliação:

Data	Atividade	Local	Convidados
	Audiência Pública: Revitalização de Bacias Hidrográficas – Estado da Arte.	Brasília, Senado Federal.	Emma Howard Boyd – Presidente da Agência Ambiental do Reino Unido (Rio Tâmisa);  Tim Randle – Gerente do Grupo de Sedimentação e Hidráulica Fluvial do Serviço de Recuperação do Departamento do Interior dos EUA (remoção de barragens);  Representante da Agência de Proteção Ambiental de Ohio (Rio Cuyahoga);  Apolo Heringer Lisboa – Projeto Manuelzão/UFGM (Rio das Velhas);  Jerson Kelman – Presidente da Sabesp (Rio Tietê);

			Tatiana Heid Furley – Instituto Aplysia/Projeto Renaturalize (Rio Mangaraí – ES).
	Audiência Pública: Programas de Revitalização de Bacias Hidrográficas brasileiras: avaliação e perspectivas.	Brasília, Senado Federal.	Representantes do Poder Executivo Federal: Ministério da Integração Nacional; Ministério das Cidades; Ministério do Meio Ambiente; Agência Nacional de Águas; Representante da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).
	Diligência a uma localidade de Bacia Hidrográfica.	A designar (Sugestão: Rio Doce)	Parlamentares e servidores do Senado Federal; servidores de órgãos e entidades locais, bem como representantes da sociedade civil ligados ao tema.
	Audiência Pública: A efetividade das ações de revitalização de bacias hidrográficas e a participação social	Brasília, Senado Federal.	Anivaldo de Miranda Pinto - Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;  Representante do Tribunal de Contas da União;  Malu Ribeiro – Coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica;  Pesquisadores de Universidades com experiência no tema;  Roberto Waack – Fundação Renova (Rio Doce);  Leonardo Deptulski – Presidente do CBH do Rio Doce.

  
SF117960-33953-20

Dezembro de 2017.	<b>Apresentação e Votação do Relatório Final.</b>
----------------------	---

Sala da Comissão,

Presidente,

Relator,

|||||  
SF117960-33953-20

**RMA**  
**00016/2017**

**REQUERIMENTO N° DE 2017 – CMA**

Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, e em resposta ao Memo. 07/2017/CMA – CIRCULAR, de 11 de abril de 2017, requeiro que, entre as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, seja avaliado por esse Colegiado o Programa de Governo “Revitalização de Bacias”.

Sala da Comissões, em 24 de abril de 2017.

Senador **ROBERTO MUNIZ**

SF117213.02338-79